



Edital de Pregão Presencial nº 031/2019
Processo Licitatório nº 083/2019
Julgamento: Menor preço por item

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **às 09:00 horas, do dia 20 de dezembro do ano de 2019** na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Tiradentes, localizada na Rua Lúcio Cavalli, 246, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 01/2019, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando o fornecimento de Retroescavadeira de Pneus, para a Secretaria Municipal de Agricultura, conforme descrito no objeto do edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 747 de 15 de maio de 2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1 - DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a aquisição de uma Retroescavadeira de Pneus nova, com recursos de Operação de Crédito Via Banco do Brasil, Contrato nº 20/01799-5/2019, conforme descrições a seguir:

2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA	MARCA	VALOR TOTAL R\$
01	1,00	UNID	AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA DE PNEUS COM CARREGADEIRA, NOVA, ZERO HORA, ZERO QUILOMETRO, MOTOR DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, FABRICAÇÃO NACIONAL, NO MÍNIMO DE 2019, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQUIDA MÍNIMA DE 89 HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.400 KG, CAPACIDADE DA CARREGADEIRA DE NO MÍNIMO 1,00 M3, E DA RETROESCAVADEIRA MÍNIMA DE 0,25 M3 , PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÁXIMA DE 4,40 M, EQUIPADA COM CABINE FECHADA COM DUAS (02), PORTAS DE ACESSO DO OPERADOR INTEIRA DE CIMA A BAIXO EM AMBOS OS LADOS E AR CONDICIONADO ORIGINAL DO FABRICANTE; SISTEMA DE SEGURANÇA ROPS E FOPS DE FÁBRICA COM CERTIFICAÇÃO CHASSI INTEIRIÇO EM PEÇA ÚNICA, TANQUE DE DIESEL DE NO MÍNIMO 130 LITROS; TRANSMISSÃO DE 04 MARCHA A FRENTE E 04 MARCHA A RÉ, PNEUS DIANTEIRO DE NO MÍNIMO 12,5/80 X	R\$ 240.000,00		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES

CNPJ 92.411.172/0001-76



		<p>18 COM 12 (DOZE) LONAS; PNEUS TRASEIROS DE NO MÍNIMO 17,5 X 25 COM 12 (DOZE) LONAS, MONITORAMENTO ELETRÔNICO REMOTO ORIGINAL DE FÁBRICA SEM CUSTO POR NO MÍNIMO 5 (CINCO) ANOS.</p> <p>O PRAZO DE GARANTIA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 12 (DOZE) MESES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM/HORA, CONTADOS DA DATA DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE VENDA, SEM LIMITE DE HORAS, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DISTRIBUIDOR AUTORIZADO COM ATENDIMENTO APÓS EMPENHO EM ATÉ 48 HORAS, A LICITANTE VENCEDORA FICA RESPONSÁVEL PELO DESLOCAMENTO, MÃO-DE-OBRA, TROCAS DE ÓLEOS, FILTROS E LUBRIFICANTES, SEM CUSTOS ATÉ O EQUIPAMENTO COMPLETAR 2.000(DUAS MIL) HORAS.</p> <p>Apresentar Catálogo ou prospecto técnico do equipamento, em língua portuguesa, contemplando o modelo do equipamento ofertado na proposta financeira, editado pelo fabricante ou, no site do fabricante com indicação do endereço eletrônico em que foi obtido, permitindo a consulta. <u>Não será permitido a apresentação do prospecto produzido por revenda do equipamento.</u></p>		
--	--	--	--	--

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES
EDITAL DE PREGÃO Nº 031/2019
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

AO MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES
EDITAL DE PREGÃO Nº 031/2019
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:



3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) Documento do proponente que comprove ser fabricante do objeto ou concessionário/revenda autorizada pelo fabricante

a.5) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.6) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que *outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

3.4. Para exercer direito de participar da fase de lances verbais é obrigatória a presença de representante legal da licitante à sessão pública referente ao mesmo.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante,**



de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs '01 – PROPOSTA' e '02 – DOCUMENTAÇÃO'.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

5 - PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do objeto desta licitação;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

d) O proponente deverá oferecer garantia do objeto licitado de no mínimo 12 (doze) meses.

e) Deverá acompanhar a proposta o prospecto/catálogo/ficha técnica que permitam a perfeita identificação e ou qualificação do objeto a ser cotado do fabricante do equipamento em português com destaque das características previstas no objeto, sob pena de desclassificação, em caso de sua falta.

f) Serão desclassificadas as propostas com valores superiores aos de referência, ou seja, superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).



6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de **01 (um) minuto para apresentar nova proposta.**

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **1% (um por cento).**

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 14 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.



6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- b) contiverem opções de preços superiores aos de referência ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, **sejam superiores em até 5% (cinco por cento)** à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor



de licitações deste Município.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração (de que não emprega menores de idade) que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02;

7.1.2. Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

7.1.2. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 – A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos enumerados nas letras a, b ou c deste subitem (7.1.2), caso já tenha apresentado quando do credenciamento junto ao pregoeiro.

7.1.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a fazenda estadual;

e) prova de regularidade com a Fazenda Federal, compreendendo Certidão Conjunta Negativa de Débito Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo a regularidade previdenciária – (INSS);

f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante



apresentação de Certidão Negativa (CNDT).

7.2. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.2.3 O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na inabilitação do licitante.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

8.1 - Declaração pelo proponente (fabricante ou concessionária/revenda), atestando possuir assistência técnica e que atenderá qualquer ocorrência dentro do período de garantia em até 48 (quarenta e oito) horas após chamado.

8.1.2 - Mínimo de 1(um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a proponente fornecido máquina semelhante ao solicitado no edital, o atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante.

8.1.3 Declaração de treinamento (modelo IV).

8.1.4 - A licitante deverá apresentar plano de manutenção com cronograma das revisões e da manutenção preventiva da máquina ofertada, com declaração indicando o local, nome do responsável técnico, telefone e e-mail.

8.1.5 - Declaração emitida pelo fabricante de que a proponente é representante autorizada da marca ofertada.

8.1.6 - Certidão do CREA atestando possuir responsável técnico na área de engenharia mecânica ou mecatrônica, responsável pela assistência técnica e com vínculo empregatício, através da CTPS e devidamente com habilitação no CREA.

8.1.7 A empresa licitante deverá apresentar prova que possui local para técnica de (óleos,



graxas, etc) com fundamento na Lei Federal nº 12.305/2010, podendo este serviço ser terceirizado, quando neste caso, deverá apresentar contrato entre as partes.

8.1.8 - Deverá acompanhar a proposta o prospecto/catálogo/ficha técnica que permitam a perfeita identificação e ou qualificação do objeto a ser cotado do fabricante do equipamento em português com destaque das características previstas no objeto, sob pena de desclassificação, em caso de sua falta.

8.1.9 – Declaração da licitante de que está ciente da regra do item 9.1 deste edital e concorda com a mesma.

Nota – Esta declaração é importante, afim de assegurar que o município adquira máquina que não seja de boa qualidade.

8.2 Quando a assistência técnica de que trata o item 8.1.5 for diferente do licitante(terceirizada), a mesma deverá ser apresentado os seguintes documentos;

- a) Certificado de treinamento fornecido pelo licitante.
- b) alvará da empresa responsável pela assistência técnica.
- c) Contrato social da empresa responsável pela assistência técnica.
- d) contrato entre a empresa que presta os serviços de assistência técnica e a empresa licitante.

9 - DA ADJUDICAÇÃO:

9.1. Após a fase de lances e habilitação e apurado o melhor preço, o município reserva-se o direito, antes da adjudicação, de fazer avaliação da qualidade da máquina, através de visitas a municípios ou empresas em que a empresa tenha vendido a máquina ofertada, a fim de comprovar a sua qualidade. Caso a máquina não seja de boa qualidade, o município não a adjudicará a este fornecedor, situação em que será convocada o segundo colocado e assim sucessivamente.

9.2. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, observado o disposto no item 9.1, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.3. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

9.4. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, sob pena de decair este direito.



10.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

10.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

11. DOS PRAZOS:

11.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05(cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3 A entrega do objeto licitado deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a ordem de fornecimento por parte do Município.

12 - DO RECEBIMENTO:

12.1. O equipamento licitado deverá ser entregue no parque de máquinas da Prefeitura Municipal de Novo Tiradentes, sito a Rua Júlio Belarmino Vicari, S/N, juntamente com a nota fiscal, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a ordem de fornecimento.

12.2. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

Observação: Na nota fiscal é necessário constar as seguintes informações:

A nota fiscal deverá consignar, **OBRIGATORIAMENTE**, além dos requisitos legais, as informações: denominação social ou sigla do fabricante, e, no campo "dados adicionais/informações complementares", os dados referentes ao ano de fabricação do bem, número de série ou identificação e modelo da máquina ou do equipamento, as suas características e os elementos que o constituem, o nº do contrato do agente financeiro e a condição de que o bem discriminado nesta nota fiscal ou Danfe são financiados pelo Banco do Brasil S.A. "Esclarecemos que a ausência dessas informações no campo dados adicionais/informações complementares da nota fiscal, poderá ocasionar a não liberação de recursos pelo Banco do Brasil.

13 - DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado diretamente pelo Banco do Brasil e ficará condicionado ao Pedido de Desembolso Referente ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de



Crédito nº 20/01799-5, firmado entre o Município de Novo Tiradentes e o Banco do Brasil, conforme Anexo VII, e a apresentação da Nota Fiscal.

14 – DO REAJUSTE:

Os preços cotados deverão ser fixos e irrevogáveis.

15 - DAS PENALIDADES:

15.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame após ser declarada vencedora: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 2% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano;*
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 05% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 5% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

15.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

15.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 – As despesas decorrentes da aquisição de que trata este edital correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento municipal.

16.2. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Novo Tiradentes, setor de licitações, sito na Rua Lúcio Cavalli, 246, pelo telefone (55) 3797-1100, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

16.3. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de



licitações.

16.4. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

16.5. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

16.6. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor da Prefeitura Municipal de Novo Tiradentes, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

16.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

16.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

16.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

16.10. As impugnações a este ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitações e protocolizadas na Prefeitura Municipal de Novo Tiradentes.

16.11. Maiores informações, bem como cópia do Edital poderão ser obtidas pelo Fone: (55) 3797-1100 e através do e-mail compras@novotiradentesrs.com.br.

16.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Rodeio Bonito para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Fazem parte do edital os seguintes anexos;

Anexo I - Declaração referente habilitação;

Anexo II - Declaração que não emprega menor;

Anexo III - Modelo de procuração;

Anexo IV - Declaração de Treinamento;

ANEXO V - Modelo de declaração de que não está impedida em contratar com a administração pública.

Anexo VI - Minuta de contrato;

Anexo VII - Modelo de Pedido de Desembolso ao Banco do Brasil.

Novo Tiradentes/RS, 06 de dezembro de 2019.

ADENILSON DELLA PASCHOA
Prefeito Municipal



Anexo I

DECLARAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019

A empresa.....CNPJ nº.....,
declara, sob as penas da Lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Edital Pregão Presencial nº 031/2019

Local e Data.

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

CARIMBO DA EMPRESA



Anexo II

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019

A empresa.....inscrito no CNPJ nº.....por
intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a).....portador(a) da carteira de identidade nº
.....e do CPF nº.....DECLARA, para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei
nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não em de dezesseis anos, salvo a partir de
quatorze anos, na condição de aprendiz

,.....de 2019

Nome do Representante Legal.....

Assinatura.....

CPF.....

Carimbo da empresa



Anexo III

PROCURAÇÃO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019

A empresa.....inscrito no CNPJ nº.....por com sede àneste ato representada pelo(s) Sr.(a).....na qualidade de representante legal da referida empresa, portador(a) da carteira de identidade nºe do CPF nº.....residente ànesta cidade deestado....., pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) procurador(s) o Senhor(s)..... portador da carteira de identidade nº.....CPF nº....., residente à.....na cidade deestado de a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Novo Tiradentes RS, (ou de forma genérica para junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação modalidade Pregão Presencial. nº 031/2019 ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir compromissos ou acordos, receber a dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com, ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bem firme e valioso, e , especial, para(se for o caso de apenas uma licitação)

.....de 2019

Assinatura.

Reconhecer firma



Anexo IV

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO

Edital Pregão nº 031/2019

Processo Licitatório nº 083/2019

O signatário da Presente, o SenhorRepresentante legalmente constituído da proponente....., declara que, se vencedora do presente certame, realizará a entrega técnica sem ônus adicional ao contratante e a instrução de no mínimo 2 (dois) motoristas, com fornecimento de certificado e em data a ser designada pelo contratante.

de.....de.....2019

Responsável pela empresa

CPF/RG



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº.031/2019

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES
Att. SR. PREGOEIRO

Ref.: Processo nº. 083/2019 – Pregão Presencial nº. 031/2019

(Razão Social da Empresa), estabelecida na.....(endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob nº., neste ato representada pelo seu (representante / sócio / procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade, assina a presente

Local e Data

REPRESENTANTE

RG

CPF



Anexo VI

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA DE PNEUS**

Contrato que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES**, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço da Prefeitura na Rua Lúcio Cavalli, 246, centro, inscrita no CNPJ sob n.º 92.411.172/0001-76, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ADENILSON DELLA PASCHOA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 647.370.120-68, residente e domiciliado na cidade de Novo Tiradentes - RS, doravante denominado **CONTRATANTE** ou simplesmente **MUNICÍPIO**, e a Empresa....., C.N.P.J:, estabelecida à Rua:, na Cidade de, neste ato representada por seu representante legal, Sr., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666 de 21/06/1993 e **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**, no Edital de Pregão nº 031/2019 e nas condições expressas nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Constitui o objeto do presente contrato a aquisição do seguinte bem:

ITEM	QTDE	PRODUTO	DESCRIÇÃO

1.2. Devido à garantia e a assistência técnica, os proponentes deverão garantir, através de Termo de Compromisso, sem custo adicional (custo gratuito) para deslocamento dos técnicos a fim de efetuar a revisão da máquina a realizar-se na sede do Município de Novo Tiradentes – RS.

1.3. O proponente deverá oferecer garantia do objeto licitado de no mínimo 12(doze) meses.

1.4. A Licitante vencedora fica responsável pelo deslocamento, mão-de-obra, trocas de óleos, filtros e lubrificantes, sem custos até o equipamento completar 2.000(duas mil) horas.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A Contratada receberá o valor total de R\$ (.....).

2.2. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

2.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

Observação: Na nota fiscal é necessário constar as seguintes informações:



A nota fiscal deverá consignar, **OBRIGATORIAMENTE**, além dos requisitos legais, as informações: denominação social ou sigla do fabricante, e, no campo “dados adicionais/informações complementares”, os dados referentes ao ano de fabricação do bem, número de série ou identificação e modelo da máquina ou do equipamento, as suas características e os elementos que o constituem, o nº do contrato do agente financeiro e a condição de que o bem discriminado nesta nota fiscal ou Danfe são financiados pelo Banco do Brasil S.A. “Esclarecemos que a ausência dessas informações no campo dados adicionais/informações complementares da nota fiscal, poderá ocasionar a não liberação de recursos pelo Banco do Brasil.

2.4. O pagamento será efetuado diretamente pelo Banco do Brasil e ficará condicionado ao Pedido de Desembolso Referente ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/01799-5/2019, firmado entre o Município de Novo Tiradentes e o Banco do Brasil, conforme Anexo VI, e a apresentação da Nota Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

3.1 – A entrega da máquina ora licitada deverá ser realizada no seguinte endereço, Pátio de Obras, localizado na Rua Júlio Belarmino Vicari, s/n, em horário de expediente da Administração Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da requisição formal por parte do Município, **sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso, que será descontado do pagamento à contratada.**

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. O custo apresentado caracterizando o preço unitário para o fornecimento do objeto não será reajustado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05.01 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Atividade: 1.056 – Aquisição de Máquinas e Veículos Financ. Banco do Brasil

Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.00 2690 Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE exercerá o acompanhamento e a fiscalização do presente contrato através do Secretário Municipal de Agricultura, Senhor Ademilson Luiz Ré, CPF nº 522.178.500-59, como gestor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Entregar o objeto conforme especificações deste Contrato e em consonância com a proposta de preços;

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades



apontadas pelo CONTRATANTE, inclusive a substituição, se forem entregues em desacordo com o solicitado;

7.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;

7.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento do objeto.

7.7. O preço ajustado na Cláusula Segunda inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, artigo 71 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94.

7.8. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução no fornecimento/transporte da máquina ora contratada, inclusive quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruição.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame após ser declarada vencedora: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 2% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 05% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 5% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

8.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de



liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral da Administração nos casos enumerados nos incisos I e XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93 e, no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

9.1.2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO

10.1. O presente contrato acha-se estritamente vinculado ao Edital de Licitação constante do preâmbulo deste e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS

11.1. Situações não previstas expressamente neste instrumento, e acaso incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subseqüentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da cidade de Rodeio Bonito/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

12.2. E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza os jurídicos e desejados efeitos.

Novo Tiradentes - RS, de de 2019.

ADENILSON DELLA PASCHOA
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1º _____

2º: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES

CNPJ 92.411.172/0001-76



ANEXO VII

Modelo de Pedido de Desembolso ao Banco do Brasil

Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/01799-5, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES.

ANEXO I – Modelo de Pedido de Desembolso

PEDIDO DE DESEMBOLSO REFERENTE A O CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/01799-5

Na qualidade de representante legal do **FINANCIADO**, solicito ao BANCO DO BRASIL S.A. o desembolso de recursos no montante de R\$ [●] (valor por extenso), objeto do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/01799-5, assinado com esse Banco, conforme a seguir:

Quadro Demonstrativo de Valores a Desembolsar:

		R\$ mil	Em
A	Valor Total do Contrato		
B	Valor Desembolsado		
A-B	Saldo a Desembolsar		
C	Valor de Desembolso Solicitado		

Obs: O valor de B está limitado ao valor de A e o valor de C só poderá ser menor que o valor de A e o valor de A -B (conjuntamente).

Discriminação dos bens e serviços adquiridos com os recursos deste desembolso:

Componentes	LOA (Programa/Ação)		Valor a Desembolsar (R\$)
	Código da Ação	Nº Página	
1. Máquinas, equipamentos e veículos novos			
2. Serviços técnicos especializados e (TI)			
3. Software			
4. Veículos			
5. Capacitação Técnica			
6. Iluminação pública			
7. Sistema de Georreferenciamento			
8. Outros (Atual. Cadastro, custom, descrever)			
		TOTAL	